

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.281 - SP (2019/0091520-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - SP398091
AGRAVADO : JUAREZ CORREIA
AGRAVADO : MARCIO PIRES
AGRAVADO : ROSELI APARECIDA PEREIRA PIRES
AGRAVADO : GERALDO CLAUDINO FERREIRA
AGRAVADO : LUCILIA PEREIRA FERREIRA
AGRAVADO : BENEDITO PIRES
AGRAVADO : NEIDE PEREIRA DO CABO DE LIMA
AGRAVADO : VICENTE FERREIRA DE LIMA NETO
AGRAVADO : JOSE CARLOS JESUS DA SILVA
AGRAVADO : LUZIA RODRIGUES PONTES GUIMARAES
AGRAVADO : LAURINDA ALVES PINTO
AGRAVADO : MANOEL PINTO
AGRAVADO : LAIDE DUARZIM CIPRIANO SOARES
ADVOGADOS : RICARDO DA SILVA BASTOS - SP119403
ANDRÉ BERTOLACCINI BASTOS - SP375186

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE AFASTOU A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.015, IX, DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALOGIA. IMPOSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO.

1. Ação de indenização securitária.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
3. A Corte Especial do STJ, por ocasião do julgamento dos recursos especiais nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, submetidos ao rito dos repetitivos, de um lado vedou a possibilidade de uso da interpretação extensiva e da analogia para alargar as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento e de, outro lado, estabeleceu que a incidência da tese da taxatividade mitigada, segundo a qual se admite a interposição do agravo quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, apenas se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que fixou a tese, a saber, 19/12/2018.

4.Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 18/12/2018.

Concluso ao gabinete em: 18/09/2019.

Ação: de indenização securitária, ajuizada por JUAREZ CORREIA e OUTROS, em face de SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, na qual alegam - em síntese - que adquiriram casa própria através do SFH e, na ocasião, passaram a contar com a cobertura do Seguro Habitacional automaticamente contratado junto à seguradora demandada. Narram que no decorrer do tempo, revelou-se grande precariedade estrutural nos imóveis segurados, o que implicou em danos passíveis de indenização pela seguradora mencionada, eis que abrangidos pelas garantias contratadas.

Decisão interlocutória: afastou a preliminar de incompetência da Justiça comum Estadual, calcada na alegação de legitimidade passiva da CEF.

Decisão unipessoal do Relator: não conheceu do agravo de instrumento interposto pela agravante.

Acórdão: negou provimento ao agravo interno interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. Decisão monocrática, prolatada por este relator, que não conheceu do agravo de instrumento. Inconformismo. Não acolhimento. Julgamento monocrático fundamentado. Assistência é modalidade de intervenção voluntária. Não cabe à agravante postular pela assistência de terceiro. Decisão mantida. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (v.27289). (e-STJ, fl. 278)

Recurso especial: alega a violação do art. 1.015, IX, do CPC/15.

Sustenta:

i) que a decisão interlocutória objeto do recurso de agravo de instrumento encontra-se enquadrada no inciso citado do art. 1.015 do CPC/15, referente à admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros; e

ii) em razão do princípio da eventualidade, que a decisão interlocutória objeto do recurso de agravo de instrumento se enquadra, por interpretação extensiva, na hipótese de cabimento mencionada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da existência de fundamento não impugnado

Em relação à ausência de violação do art. 1015, IX, do CPC/15, a agravante não impugnou o seguinte fundamento utilizado pelo TJ/SP:

A decisão monocrática ora impugnada não conheceu do agravo de instrumento, nos seguintes termos:

"A decisão agravada afastou a preliminar de incompetência absoluta e legitimidade da CEF. Apesar de a agravante sustentar o cabimento do recurso ao argumento de que a questão é de intervenção de terceiros e que a CEF deve ser admitida como assistente simples, necessário salientar que lhe carece legitimidade para tal alegação.

A assistência é modalidade interventiva voluntária. Os dispositivos do NCPC que cuidam da assistência corroboram tal assertiva, pois, pelo conteúdo da norma, compete ao juridicamente interessado formular o pedido para intervir no feito.

No caso dos autos, a agravante afirma a necessidade de intervenção da CEF porque esta é juridicamente interessada.

Como não compete à requerente postular direito alheio em nome próprio, ou seja, alegar o interesse jurídico daquele que não afirmou possuí-lo, não demonstra a agravante possuir legitimidade recursal para alegar a necessidade de a CEF ser admitida como assistente simples.

(...) "

Busca a recorrente o conhecimento do recurso, sob o fundamento de que não se trata de competência, mas de intervenção de terceiros, porque pretende a assistência da CEF, que possui interesse jurídico para intervir no feito.

No entanto, o recurso não comporia acolhimento, uma vez que, consoante já afirmado, a assistência que a agravante suscita é modalidade de intervenção voluntária. Ou seja, não sendo o caso de

intervenção coacta, não é possível que a recorrente busque compelir a CEF a lhe assistir nos autos.

Somente a própria CEF é quem pode suscitar a sua participação no feito, na referida modalidade de intervenção, consoante o disposto 110 artigo 119 do CPC/15.

Diante da referida constatação, não cabe a agravante pugnar pela participação da CEF como assistente, por lhe carecer legitimidade para tanto. (e-STJ, fl. 279/281) (grifo nosso)

Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, a Súmula 283/STF.

- Da aplicação do tema repetitivo 988

De antemão, é preciso lembrar que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento dos recursos especiais representativos da controvérsia nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, submetidos ao rito dos repetitivos, ambos com acórdãos publicados no DJe de 19/12/2018, pronunciou-se expressamente pela **impossibilidade de uso da interpretação extensiva e da analogia para alargar as hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento.**

Sobre essa questão, aliás, anote-se ter havido unanimidade da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, na medida em que os e. Ministros que foram contrários à tese vencedora - taxatividade mitigada - filiaram-se ao entendimento de que o rol do art. 1.015 do CPC/15 era de taxatividade irrestrita, **negando, conseqüentemente, a possibilidade de interpretação extensiva ou de uso da analogia.**

De outro lado, anote-se que a tese jurídica da taxatividade mitigada, segundo a qual se admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, **apenas se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que fixou a tese, a saber, 19/12/2018.**

Realizadas essas considerações preliminares, verifica-se, na hipótese em exame, que a decisão interlocutória proferida em 1º grau de jurisdição, em

30/06/2017 (e-STJ, fls. 42/73), refere-se ao afastamento da preliminar de incompetência da Justiça comum Estadual, calcada na alegação de legitimidade passiva da CEF.

Sustenta agravante, na hipótese, que teria havido violação ao art. 1.015, IX (admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros), na medida em que essa regra se aplicaria, por interpretação extensiva, às hipóteses relacionadas à competência, o que, como se verifica, foi expressamente vedado por ocasião da fixação da tese repetitiva 988.

Anote-se, ademais, que também não se aplica a tese jurídica da taxatividade mitigada à hipótese, na medida em que a decisão interlocutória impugnada foi proferida antes da publicação do acórdão que fixou a tese.

Por fim, a fundamentação acima reproduzida evidentemente afasta a existência do alegado dissídio jurisprudencial, tendo a Corte Especial dissipado as divergências ao fixar as teses acima enunciadas.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGOLHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III, IV, "b", do CPC/15, ressalvada a possibilidade de a agravante discutir a questão objeto da decisão interlocutória no recurso de apelação ou em suas contrarrazões.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno às partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º, e 1.026, §2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília(DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora